

O DISCURSO ECOTEOLÓGICO COMO MEDIAÇÃO ENTRE O CRISTIANISMO E AS QUESTÕES AMBIENTAIS¹

Ícaro Benevides Simões²
Aldemir Inácio de Azevedo³

RESUMO

O trabalho apresenta uma investigação desenvolvida sobre as abordagens que a Igreja Católica tem produzido em relação às temáticas ambientais emergidas nas últimas décadas e que tem sido objeto de estudos, debates e atividades de naturezas diversificadas em espaços acadêmicos, políticos e militantes. Estabeleceu como objetivo identificar e analisar os elementos que a instituição elabora e utiliza para construir um discurso ambiental próprio. Para isso foi explorada a noção de ecoteologia, cuja definição expressa a articulação entre as bases do cristianismo e as análises e preocupações com as problemáticas ambientais. Tratou-se de analisar o discurso ecoteológico a partir de fontes bibliográficas e dos conteúdos de documentos oficiais da Igreja Católica publicados a partir da década de 1960. Os resultados mostraram que o discurso católico sobre os temas ambientais articula elementos específicos do cristianismo com contribuições do campo científico, especialmente da ecologia e das ciências sociais. Em sua construção discursiva, as explicações e interpretações dos problemas ambientais destacam o distanciamento do homem em relação ao seu criador e à exacerbação dos objetivos econômicos. Por outro lado, os caminhos para solucionar os desafios surgidos a partir da degradação ambiental estão sempre vinculados à recuperação de uma responsabilidade moral própria da espécie humana com o planeta.

Palavras-chave: discurso ambiental, ecoteologia, crise ambiental.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho assume como tema central o discurso da igreja católica sobre temas ambientais que surgiram nas últimas décadas. Tal discurso se materializa em torno de posicionamentos, conceitos e contribuições dessa instituição sobre as problemáticas ambientais, os quais são registrados em seus documentos oficiais. Portanto, o material empírico utilizado para as análises são documentos publicados pelos quadros hierárquicos centrais da Igreja Católica. Assim, pode-se afirmar que essas manifestações institucionais sobre problemas e desafios ambientais constituem importante esforço de educação ambiental na medida em que há intenção de disseminar ideias e influenciar comportamentos humanos mais equilibrados com a natureza.

Para desenvolver a análise proposta neste trabalho utiliza-se a categoria conceitual que é conhecida como discurso ambiental, desenvolvida especialmente pela área da sociologia

¹ O trabalho é resultado de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvido de agosto de 2018 a julho de 2019.

² Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Bahia (IFBA – Campus Eunápolis), benevidys@email.com;

³ Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA – Campus Eunápolis), aldemirfms@yahoo.com.br;

ambiental. Os discursos ambientais refletem definições, valores e orientações das instituições, grupos e agentes sociais sobre temas de seus respectivos interesses e/ou debatidos pela sociedade em geral. E a literatura especializada tem mostrado que um discurso com características e identidade próprias é a ecoteologia, produzido sob a égide do cristianismo.

Nessa perspectiva são discutidas as tratativas realizadas pela Igreja Católica acerca de temáticas ambientais emergidas nas últimas décadas, cujas ideias se aglutinam em torno do discurso ecoteológico na forma de uma contribuição própria a este campo temático.

Levando em consideração que a Igreja Católica é reconhecida como instituição milenar, com organização e estruturação consolidada, bem como estando presente em diferentes continentes, países, territórios e estados, tal instituição tem construído discursos e práticas, ao lado de outras instituições sociais, acerca do meio ambiente. Ou seja, além de trabalhar na formação da consciência dos próprios fiéis, o discurso católico pode alcançar outras pessoas e grupos das sociedades onde a instituição atua.

Esses elementos constituem quadros referenciais que orientam a construção de concepções e a adoção de comportamentos entre os membros e fiéis, sobretudo utilizando da internalização de valores e normas morais, sendo que essas visões circulam nas diversas esferas da sociedade em geral e podem ter repercussões sociais importantes. Sendo assim, percebe-se a importância de trazer tais discussões, visto que essas estão presentes de forma significativa em seus vários contextos na nossa realidade, bem como enraizada em muitas sociedades

Portanto, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar os discursos, as práticas e as orientações da Igreja Católica a respeito de temas/problemas ambientais a partir dos seus documentos oficiais.

Além dessa introdução, o texto está estruturado em mais quatro seções, sendo finalizado com as considerações finais. A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos. A terceira seção apresenta uma breve discussão teórica sobre o discurso ambiental. A seção seguinte caracteriza a ecoteologia e suas bases cristãs. Na quinta seção são apresentadas as análises do conteúdo ecológico encontrado nos documentos da Igreja Católica da década de 1960.

METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo bibliográfico com análise de conteúdo de material empírico. As discussões desenvolvidas tomaram como ponto de partida a categoria conceitual 'discurso

ambiental'. A partir de sua compreensão tomou como objeto de análise, em segundo plano, a ecoteologia como uma manifestação conceitual reflexiva de um tipo específico de discurso ambiental. A ecoteologia, por sua vez, aglutina uma corrente de posicionamentos ambientais na qual situam-se os materiais empíricos que foram utilizados nas análises e discussões.

Sobre essas duas bases referenciais conceituais foram mobilizados trabalhos bibliográficos, os quais forneceram os elementos teóricos para o desenvolvimento das análises.

O material empírico escolhido é constituído por documentos oficiais publicados pela Igreja Católica, a partir de 1965, que apresentam alguma abordagem ecológica, na totalidade ou em parte. Portanto, identifica e analisa os elementos do discurso ecoteológico presentes em publicações institucionais (Cartas Encíclicas) dos quadros hierárquicos católicos. O recorte histórico escolhido se deve a dois fatores: foi a partir da década de 1960 que se intensificaram as preocupações e debates sobre as problemáticas ambientais emergentes; b) também foi nessa década que a Igreja Católica iniciou um importante movimento de abertura e diálogo com as questões sociais relacionadas à sociedades de um modo geral, impulsionada pela realização do Concílio Vaticano II no período de 1962 a 1965.

Os documentos foram selecionados com base em levantamento bibliométrico a partir das seguintes palavras/expressões: natureza, ecologia e meio ambiente. Dentro do escopo proposto da pesquisa foram identificadas seis cartas encíclicas que serviram de objeto de análise, seguindo sua ordem cronológica para verificar o desenvolvimento das abordagens bem como tornar a reflexão mais fluida.

DISCURSO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE UM REFERENCIAL CIENTÍFICO E SOCIOPOLÍTICO

Para entendermos o discurso ambiental em seus diversas expressões, sejam eles sociais, culturais, religiosos, entre outros, é necessário que tenhamos em mente, de forma bem concretizada e embasada, os conceitos iniciais aos quais abordam tais aspectos.

Hajer (1995: 264) *apud* Hannigan (2009, p. 61) define discurso como sendo “um conjunto de ideias, conceitos e categorizações que é produzido, reproduzido e transformado numa série particular de práticas, e através das quais o significado é dado a realidades físicas e sociais”. Ou seja, o discurso é uma série interligada de “enredos” que interpretam o mundo ao nosso redor e que se tornam entranhada nas instituições sociais (GELCICH, et al., 2005, p. 379 *apud* HANNIGAN, 2009, p. 61). Cabe ressaltar que Hajer ainda não entra no mérito de discurso ambiental, mas no âmbito de discurso em si. Hannigan, por sua vez, nos diz que

Recentemente, a análise do discurso surgiu como um método de influência crescente para analisar a produção, recepção e uso estratégico de textos ambientais, imagens e ideias. Apesar de identificada como próxima do construcionismo social, a análise do discurso tem sido praticada com bons resultados por seguidores de outras “escolas” da teoria e da pesquisa ambiental, principalmente críticos teóricos, ecologistas políticos e analistas de políticas internacionais (HANNIGAN, 2009, p. 61).

É possível observar que Hannigan já começa a explorar a perspectiva de discurso através de indícios dos contextos ambientais, bem como seu diálogo quanto a outras esferas que trazem também o discurso ambiental por meio de teorias e pesquisas relevantes a essa perspectiva. Arelado a isso, é importante observarmos que o discurso ambiental não surgiu de “um dia pro outro” e nem de “uma só vez”, mas que ocorreu um longo processo para a realização dos acontecimentos ambientais contemporâneos.

Hajer (1995) diz que o discurso, na perspectiva dos estudos ambientais, tem sido visualizado de diferentes maneiras, indo do “enredo” que fornece um sinal para a ação dentro de práticas institucionais, passando por uma “estrutura de movimento social” que possibilita as práticas das organizações de movimento ambiental, até uma “retórica” ambiental construída em volta de palavras, imagens, conceitos e práticas. Daí, é notório o quanto o discurso ambiental aqui é analisado minuciosamente no que diz respeito à consideração em quais contextos estão sendo feitos, pois seja no âmbito social, cultural, religioso, educacional, cada “instituição” nos trará uma visão desse discurso segundo o contexto a qual está inserido.

Segundo Hannigan

Analistas do discurso têm sido também criticados por sobrestimarem a importância do discurso nas políticas ambientais e na formulação de políticas. Hajer (1995: 6), por exemplo, insiste que os interesses são constituídos *primariamente* através do discurso, incluindo também outras práticas institucionais e instituições (HANNIGAN, 2009, p. 61).

Um discurso ambiental que se destacou nas últimas décadas, em decorrência da emergência das crises ambientais, é a ecoteologia. Ele não surgiu nesse contexto recente, mas ganhou novas interpretações e análises associadas às manifestações das problemáticas ambientais que despontaram a partir da segunda metade do século XX. Sua origem certamente está vinculada ao cristianismo e sua história, que sempre apresentou uma visão e explicações *sui generis* para a relação homem-natureza. Esse pensamento se trata basicamente da reflexão que resgata a unidade da experiência cristã e de sua formulação, apresentando sob sua perspectiva a relação entre criação, história, encarnação, morte e ressurreição de Jesus, e o início da nova criação.

Nessa trajetória das questões ambientais das últimas décadas observa-se que a Igreja Católica tem se inserido neste campo utilizando um discurso construído e reproduzido durante séculos. É essa participação da Igreja Católica nos debates ambientais, sob uma ótica própria, que será explorada na próxima seção, a partir da análise de alguns documentos produzidos pela instituição a partir da década de 1960.

RELAÇÃO ENTRE ECOLOGIA E TEOLOGIA: OS ARGUMENTOS DO CRISTIANISMO CATÓLICO

Após um conhecimento prévio acerca das questões ambientais, sobretudo no que tange as discussões existentes desde os primórdios e que ainda se perpetuam em nossa sociedade atual sobre ecologia, ecossistema, meio ambiente, é imprescindível tratarmos aqui a relação que essa tem com a teologia. Ou seja, relatar as discussões da Igreja Católica na perspectiva ambiental, principalmente o que já se tem hoje em dia de documentos comprobatórios desse debate, podemos notar facilmente o quão as questões ambientais se fazem presente nessa instituição através da importância que ela dá à ecologia, por exemplo; seguindo essa linha de raciocínio, “para a teologia, a ecologia se apresenta não como um objeto, mas como um desafio” (SILVA; NASCIMENTO, 2015, p. 2).

A ecologia não pode ficar à margem do desafio do diálogo entre a fé, a razão e as ciências. Pois é neste sóbrio diálogo que cada ciência, inclusive a teologia, deve apresentar suas conclusões e por consequência suas contribuições. Um olhar para o meio ambiente tendo por base uma perspectiva teológica é resultado do estabelecimento de uma premissa hermética que existe uma relação profunda entre o ser humano religioso e o mundo como um todo (SILVA; NASCIMENTO, 2015, p. 2).

A partir disso, observa-se que a discussão aqui apresentada não isola a ecologia da teologia, ou seja, não há visões distintas no que tange ao discurso sobre o meio ambiente e o discurso da teologia sobre esse viés, mas que há um relacionamento de diálogos na perspectiva da fé e ciência, que inclusive esse também é tratado como ciência. Disso, podemos inferir nitidamente que por meio desse diálogo relacionado é possível surgir um discurso enriquecedor com o objetivo também de surtir reflexões sobre o pensamento da Igreja Católica, em específico, perante as perspectivas ambientais.

Verifica-se que atualmente a percepção dessa temática acompanha, ou tenta acompanhar ao máximo, as mudanças e evoluções que foram ocorrendo e que ainda ocorrem em nossa sociedade através de pensamentos não mais retroativos, mas em busca de sempre evoluir as discussões através de relacionamentos importantes e necessários para que se possa compreender

de uma forma mais ampla, e não somente específica, o tema central. Exemplo disso, “alguns autores utilizam a expressão ‘ecoteologia’ ou ‘teologia ecológica’ para designar o resultado deste proficiente diálogo, que traz elementos novos tanto para a teologia quanto para a ecologia” (SILVA; NASCIMENTO, 2015, p. 3).

Segundo Murad (2009) (*apud* Silva e Nascimento, 2015)

O tema da ecologia se tornou cada vez mais comum em congressos, seminários e simpósios de teologia, fato promissor que sinaliza existir uma sensibilidade crescente nos meios eclesiais para tal questão [...]. [...] Alguns autores utilizam a expressão “ecoteologia” ou “teologia ecológica” para designar o resultado deste profícuo diálogo, que traz elementos novos tanto para a teologia quanto para a ecologia [...] (MURAD, 2009, p. 279).

Isso nos mostra que cada vez mais vem surgindo uma integralização ainda maior a partir desse discurso temático, prova disso também é a utilização do termo “ecoteologia”, ao qual permite instigar à produção um novo conhecimento, trazendo de forma direta a interação entre emoção e razão, experiência e contextualização. Aqui não só envolve o discurso da teologia no diálogo da ecologia, mas que vai além disso, pois se trata também das questões as quais as especificidades da teologia são inseridas nesse âmbito, exemplo disso que nos foi dado a partir de Murad (2009) e Silva e Nascimento (2015), onde a criação, a história, a encarnação, etc., estão entrelaçadas na fundamentação necessária para se discutir essa temática.

Para acrescentar ainda mais a discussão aqui realizada até então, bem como trazer como reflexão também acerca dessa temática nos dias atuais dentro da nossa sociedade, segue-se alguns pensamentos de Jürgen Moltmann (2008) que nos apresenta essa relação entre teologia e ecologia a partir de produções teológicas atuais.

A relação entre teologia e ecologia deve também provocar uma ampliação do interesse na questão ambiental. A ecologia já não é apenas tarefa da ciência, dos ecologistas, dos engenheiros do meio-ambiente. Essa abertura significa um importante alargamento do tratamento da questão ambiental a partir de uma visão que quer ultrapassar a compreensão reducionista do mundo [...] (MOLTMANN, 2008, p. 52).

Nessa perspectiva, observa-se que Moltmann também se engaja, através de suas palavras, no âmbito da relação entre a teologia e ecologia ao qual se perpassa no interesse da questão ambiental. Acrescentando ainda mais, a ecologia tratada por esse autor não é apenas um objeto da ciência, mas que se perpetua por vários outros aspectos e que se mostram importantes como uma visão ampliada do que se é discutido.

A ABORDAGEM ECOLÓGICA NOS DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

Após a discussão ecológica apresentada até então, vamos trazer aqui a análise realizada de alguns documentos oficiais da Igreja Católica que mostram sua percepção diante deste cenário ambiental, bem como sua postura para com a sociedade a qual enxergamos hoje em dia. Desse modo, o objetivo nesse momento é trazer análises e dialogar com esses documentos oficiais dessa instituição acerca do discurso ecoteológico de maneira a assimilar com as situações ambientais que vem ocorrendo em nossa realidade. Nessa perspectiva, serão apresentadas análises acerca das cartas encíclicas, documentos oficiais da Igreja Católica, sendo uma comunicação escrita papal dirigida aos bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis.

Na carta encíclica *Octogesima Adveniens*, do Papa Paulo VI, publicada em 1971, são relatados aspectos importantes no que se refere ao meio ambiente e a visão que o homem tem para com a natureza, onde por meio de seu ponto de vista, quando a espécie humana percebe uma modificação em seu horizonte, uma outra transformação começa a fazer-se sentir, sendo essa consequência tão dramática quanto inesperada da atividade humana (PAULO VI, 1971, p. 9). Daí, é descrito que o homem toma consciência dessa atitude inerente ao ser humano, e que por motivo da exploração inconsciente da natureza, corre-se o risco de destruí-la, podendo assim ser vítima dessa degradação.

Na carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, escrita em 1987 pelo Pontífice João Paulo II, foi abordada também a preocupação acerca das questões ecológicas, mais especificamente alertando aos leitores quanto a moralidade que envolve a temática, pois a relação com a natureza se estabelece a partir de comportamentos concretos que podem gerar degradação ambiental, manutenção das condições de cada momento ou a melhoria das condições ecológicas. Ou seja, segundo o pensamento expresso no documento, a partir do momento em que o ser humano se conscientiza da sua moralidade, principalmente para com a sociedade a qual ele vive, consequentemente ele acatará e respeitará as leis pelas quais se está submetido.

Torna-se evidente, uma vez mais, que o desenvolvimento e a vontade de planificação que o orienta, assim como o uso dos recursos e a maneira de os utilizar, não podem ser separados do respeito das exigências morais. Uma destas impõe limites, sem dúvida, ao uso da natureza visível. O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de «usar e abusar», ou de dispor das coisas como melhor agrade (JOÃO PAULO II, 1987, p. 28).

A afirmação do papa João Paulo II busca explicitar o quanto o ser humano é limitado perante as leis pelas quais ele se submete quando está consciente de sua moralidade, bem como do papel ao qual ele tem para com a sociedade, e majoritariamente nas suas ações que impactam

o ambiente em que vive. Lembrando que a limitação descrita aqui é oriunda da fé cristã em um deus criador de todas as coisas.

Na carta encíclica *Centesimus Annus*, também do Pontífice João Paulo II, publicada em 1991, é apresentado enfaticamente o debate sobre as questões ambientais emergentes à época que abordam principalmente a relação do ser humano com a natureza, a partir de suas práticas e ações no âmbito ecológico na sociedade atual, bem como o diálogo de conscientização humana perante o meio em que esse vive, a preocupação com o consumismo e a escassez ambiental.

Igualmente preocupante, ao lado do problema do consumismo e com ele estritamente ligada, é a questão ecológica. O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus (JOÃO PAULO II, 1991, p. 30).

A partir desse discurso crítico acerca das ações humanas, vemos que João Paulo II volta nesse momento especificamente para o comportamento do indivíduo diante do que lhe é oferecido pela natureza, onde esse não se contenta com o natural, mas está sempre em busca da transformação, causando conseqüentemente a desordem natural, vista também como uma atitude insensata. Interessante observar que destaca-se a capacidade de a espécie humana transformar o mundo pela mediação do trabalho. Cabe salientar ainda que essa prática descrita está diretamente ligada ao consumismo exacerbado praticado pelo modo de vida das sociedades humanas dos últimos séculos. A autoridade eclesial afirma ainda que o indivíduo se preocupa mais com o desejo do ter e do prazer do que pelo ser e de crescer, o que é precedente do comportamento consumista.

Seguindo essa análise do consumismo exacerbado que produz efeitos destrutivos sobre a qualidade ambiental, as discussões vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1970, com a publicação do relatório *Limites do Crescimento*, até os dias expondo o quanto esse ato se torna prejudicial para com todos nas sociedades contemporâneas. A partir do momento em que o ser humano adota os padrões tecnológicos baseados no pressuposto de que os recursos ambientais são inesgotáveis, conseqüentemente tem-se a degradação ambiental contribuindo com a escassez desses recursos.

Não só a terra foi dada por Deus ao homem, que a deve usar respeitando a intenção originária de bem, segundo a qual lhe foi entregue; mas o homem é doado a si mesmo por Deus, devendo por isso respeitar a estrutura natural e

moral, de que foi dotado. Neste contexto, são de mencionar os graves problemas da moderna urbanização, a necessidade de um urbanismo preocupado com a vida das pessoas, bem como a devida atenção a uma «ecologia social» do trabalho (JOÃO PAULO II, 1991, p. 31).

Seguindo essa linha de raciocínio, temos que frente ao rápido crescimento das grandes cidades, bem como da poluição, as ações dos urbanistas caracterizam o nascimento do urbanismo. Assim, percebemos que essa perspectiva de urbanização também está fortemente entrelaçada no discurso ambiental ao qual se discute nesse contexto. A cidade e o mundo urbano são construções icônicas da modernidade e do processo de industrialização dos últimos séculos que vem apresentando crescentemente maiores desafios relativos aos problemas ambientais.

Outra carta encíclica do Pontífice João Paulo II, chamada *Evangelium Vitae*, de 1995, vem relatando questões a respeito do discurso ambiental, mais especificamente abordando a visão da fé com profundidade, lembrando ainda da criação de Deus, deixando claro o quanto o ser humano está submetido às leis cristãs quando escolhe seguir tal religião.

Chamado a cultivar e guardar o jardim do mundo (cf. Gn 2, 15), o homem detém uma responsabilidade específica sobre o ambiente de vida, ou seja, sobre a criação que Deus pôs ao serviço da sua dignidade pessoal, da sua vida: e isto não só em relação ao presente, mas também às gerações futuras. É a questão ecológica — desde a preservação do «habitat» natural das diversas espécies animais e das várias formas de vida, até à «ecologia humana» propriamente dita — que, no texto bíblico, encontra luminosa e forte indicação ética para uma solução respeitosa do grande bem da vida, de toda a vida. Na realidade, o domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de "usar e abusar", ou de dispor das coisas como melhor agrade (JOÃO PAULO II, 1995, p. 35).

Podemos perceber de início que João Paulo II fundamenta seu discurso na fé cristã, lembrando que o homem é chamado a cultivar e guardar o jardim do mundo, o que se trata objetivamente da nossa terra na qual vivemos, e o quanto o homem dotado de uma responsabilidade específica sobre o ambiente de vida. Ao estar consciente desse papel fundamental para com a vida, principalmente, o ser humano logo pode perceber que essa responsabilidade recai também sobre as gerações futuras no que se refere a essas questões ecológicas, que abrange desde a preservação do habitat natural até a ecologia humana, conforme o autor afirma no texto.

Na carta encíclica *Caritas In Veritate* da autoridade eclesial Bento XVI, de 2009, é defendida a ideia de que o ser humano não tem apenas de defender a terra, a água e o ar como dons da criação que pertencem a todos, mas que deve sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo. Nessa perspectiva, observemos que a Igreja Católica expõe a degradação da natureza como algo diretamente ligada à cultura que permanece no âmbito da convivência

humana (quando a ecologia humana é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental).

Para preservar a natureza não basta intervir com incentivos ou penalizações econômicas, nem é suficiente uma instrução adequada. Trata-se de instrumentos importantes, mas o problema decisivo é a solidez moral da sociedade em geral. Se não é respeitado o direito à vida e à morte natural, se se tornam artificiais a concepção, a gestação e o nascimento do homem, se são sacrificados embriões humanos na pesquisa, a consciência comum acaba por perder o conceito de ecologia humana e, com ele, o de ecologia ambiental (BENTO XVI, 2009, p. 36).

Podemos notar que o discurso de Bento XVI se estende para a dimensão social, ou seja, aqui é evocada a moralização humana a qual deve-se o respeito, bem como o direito à vida e à morte natural antes de mais nada, pois tal concepção está diretamente relacionada com o impacto que pode ser causado através dessa ação humana. Vemos ainda que Bento XVI faz uma interligação desse respeito à vida e à morte com a consciência comum, onde essa acaba não tendo mais o conceito de ecologia humana como uma vertente necessária ao conhecimento humano, bem como a ecologia ambiental.

A carta encíclica *Laudato Si* do papa Francisco, escrita em 2015, discute essencialmente o cuidado com a casa comum (planeta terra), ou seja, o ato de preocupar-se com a existência da natureza e a família a qual o ser humano pertence. Vale destacar que este documento trata exclusivamente das questões ambientais contemporâneas. No que tange ao discurso ecológico apresentado nessa carta, inicialmente o autor apresenta breves retrospectivas acerca das cartas encíclicas anteriores no que se refere ao contexto ecológico e a visão da Igreja Católica para com esse assunto. Em seguida traz uma relação do ecológico para com a obrigação do ser humano perante a fé cristã.

O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e «ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado». Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus (FRANCISCO, 2015, p. 2).

Nessa perspectiva, o papa Francisco também aponta a moralidade humana como uma qualidade que mostra o progresso e desenvolvimento humano perante a preocupação das questões que lhes são postas. Ou seja, quando o fiel segue a moralidade cristã pressupõe-se o respeito ao próximo, bem como aos recursos que lhes são oferecidos, tratando agora das questões ecológicas. Quando há conscientização das ações e transformações feitas perante os recursos naturais, mostra-se claramente que há o respeito aos mandamentos divinos sob a perspectiva cristã. Assim, vemos que o papa Francisco expõe uma ecologia integral que

transcende a linguagem das ciências exatas ou da biologia apela para o argumento da essência humana.

Por fim, a partir do que foi mostrado segundo a visão da Igreja Católica para com o discurso ambiental, podemos observar o quanto é colocado a questão da ação humana sobre esse aspecto ao qual possui uma significativa importância, visto que várias das transformações que vem ocorrendo na natureza, meio ambiente e ecológico, estão diretamente ligadas com a atitude humana, exposta por João Paulo II (1991) como consumo insensato e indevido, demasiado ainda pelo poder, a partir da percepção da capacidade de transformação do ser humano, o que é inerente a ele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período, tomado a partir da década de 1960, os documentos analisados trazem no seu conteúdo geral capítulos específicos ou tópicos nos quais são expressas as percepções, avaliações e, sobretudo, orientações em relação à solução dos problemas ambientais sob a ótica cristã. A exceção é o documento de 2015 no qual a autoridade eclesial dedica todo o seu teor à análise da situação atual do planeta em diversas questões ambientais específicas.

Os resultados mostraram que o discurso católico sobre os temas ambientais articula elementos específicos do cristianismo com contribuições do campo científico, especialmente da ecologia e das ciências sociais. Em sua construção discursiva, as explicações e interpretações dos problemas ambientais destacam o distanciamento do homem em relação ao seu criador e à exacerbção dos objetivos econômicos. Por outro lado, os caminhos para solucionar os desafios surgidos a partir da degradação ambiental estão sempre vinculados à recuperação de uma responsabilidade moral própria da espécie humana com o planeta.

Diante disso, vê-se que a materialização das preocupações da Igreja Católica com o planeta tem gerado manifestações em defesa da vida e do ambiente, destacando a importância de como usufruir dos recursos naturais acessíveis e de uma conscientização nos moldes da visão cristã do mundo. Sendo assim, ao buscar um modelo de desenvolvimento alternativo incluindo a responsabilidade pela construção de uma ecologia natural e humana, que se fundamenta basicamente na justiça e solidariedade, poderão ser alcançados avanços necessários e importantes para a espécie humana.

Por fim, podemos perceber que o discurso ecológico a partir das perspectivas da Igreja Católica está estreitamente ligado ao ser humano, tomando como base seu poder de

transformação do ambiente que o cerca, bem como das ferramentas que lhes são acessíveis para tal hoje em dia desde épocas atrás. Com isso, notemos que há uma grande preocupação dessa instituição com o que acontece com o planeta, pelo fato do ser humano estar diretamente envolvido nesse processo. Assim, a Igreja Católica traz um discurso que subjetiva também a conscientização do indivíduo para com o meio ambiente em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **Caritas In Veritate**. Roma: Santa Sé, junho de 2009.

FRANCISCO. **Laudato Si**. Roma: Santa Sé, maio de 2015.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JOÃO PAULO II. **Evangelium Vitae**. Roma: Santa Sé, março de 1995.

_____. **Centesimus Annus**. Roma: Santa Sé, Maio de 1991.

_____. **Sollicitudo Rei Socialis**. Roma: Santa Sé, março de 1987.

MOLTMANN, JURGEN. **Teologia e Ecologia: Reflexão a partir de produções teológicas atuais**. Disponível: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13163/13163_4.PDF>. Acessado em: 05 de agosto de 2019.

MURAD, AFONSO. O núcleo da Ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009.

PAULO VI. **Octogesima Adveniens**. Roma: Santa Sé, março de 1971.